

ENSINAMENTOS ANTROPOLÓGICOS¹

a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo

Copyright © 2010
SBP^{Jor} / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

CLÁUDIA LAGO
Universidade Anhembi Morumbi

RESUMO

Este paper pretende aprofundar a compreensão sobre a apreensão do Outro pelo campo jornalístico, a partir de reflexões sobre a Antropologia, sua especificidade e o trabalho de campo. Parte do pressuposto que o Jornalismo exerce um papel determinante na construção e ampliação da democracia e da cidadania e que sua responsabilidade social, lugar comum dentro dos valores do campo (LAGO, 2003), só pode se concretizar com a incorporação da alteridade como referente. A partir da comparação de como estes campos distintos colocam-se em relação ao Outro, busca perceber como incorporar, no Jornalismo, elementos do olhar antropológico.

Palavras-chave: Antropologia e Jornalismo. Alteridade. Encontro.

INTRODUÇÃO

O jornalismo tem sido defendido em sua especificidade como importante e indiscutível mecanismo dentro do sistema democrático, o que lhe confere prestígio e importância social, como aponta Neveu (2005, p. 08): “Uma vez que a emergência de uma imprensa livre está historicamente ligada à construção de regimes democráticos, o jornalismo é mais do que um ofício”.

Esta particularidade está na raiz não apenas de mecanismos do campo jornalístico, mas de boa parte de suas autorrepresentações, sejam elas dos jornalistas, sejam elas oriundas dos metatextos da própria imprensa, que o apresentam não apenas como lugar de defesa da democracia, mas também de compromisso com o leitor (BENETTI e HAGEN, 2009), compromisso este que determina que o jornalismo deve fornecer informação de qualidade para seu leitor/ouvinte/espectador.

Apesar das inúmeras conceituações possíveis sobre o termo “qualidade”, aqui gostaria de me ater ao princípio básico de que a informação deve manter uma relação específica com a realidade, de modo a não favorecer este ou aquele agente (ou grupo social). E que o produto jornalístico deve, de alguma forma, oferecer um quadro amplo

e não distorcido sobre o que acontece.

Estes pressupostos estão na raiz da percepção da importância social do jornalismo, alardeada por jornalistas, pesquisadores, veículos e demais agentes deste campo heterogêneo e de fronteiras pouco nítidas, estejam eles posicionados próximos ao polo cultural ou ao polo comercial (BOURDIEU, 1997). E esta perspectiva, este repertório comum, pelo menos em tese sustenta boa parte das justificativas acerca do papel social do jornalismo e produz visões muitas vezes “encantadas” da profissão (NEVEU, 2005).

Por outro lado, qualquer trabalho que vise refletir sobre as condições de existência real de aspectos da relação entre jornalismo e sociedade, deve problematizar esta perspectiva, o que pretendo fazer a seguir, iniciando com a contextualização necessária sobre o papel social do jornalismo.

Jornalismo, responsabilidade social e interesse público

A perspectiva da responsabilidade social do jornalismo relaciona-se à ideia de que a condição de existência primeira deste é o interesse público. Desde Lippmann, com *Public Opinion* em 1915, esta relação tem sido afirmada e problematizada e, mesmo que controversa, é um pressuposto que está na estrutura atual² do campo jornalístico.

De fato, uma rápida olhada permite verificar que a premissa do interesse público está contida em inúmeras definições, como a formulada por F. Fraser Bond, para quem

A palavra jornalismo significa, hoje, todas as formas nas quais e pelas quais as notícias e seus comentários chegam ao público.

Todos os acontecimentos mundiais, desde que interessem ao público, e todo o pensamento, ação e ideias que esses acontecimentos estimulam, constituem o material básico para o jornalista. (BOND, 1962, p. 15 – grifo meu).

Subjacente a essa definição, Fraser Bond identifica deveres do jornalismo: independência, imparcialidade, exatidão, honestidade, responsabilidade e decência. Depreende-se dessa lista de obrigações ideais que o exercício do jornalismo relaciona-se à exposição da verdade e à capacidade de assegurar a informação necessária à sociedade.

Boa parte dos teóricos que buscaram definir o jornalismo nos primórdios das pesquisas, compartilha dessa premissa. Como Luiz Beltrão, no Brasil:

[...] jornalismo é informação de fatos correntes, devidamente

interpretados e transmitidos diariamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum (BELTRÃO, 1992, p. 67).

Este universo compreensivo é plenamente detalhado pela UNESCO, quando, na década de 50 do século XX, voltou-se para a necessidade de uma nova ordem na comunicação:

O bem estar dos povos depende de suas decisões livre e judiciosamente adotadas. O valor destas decisões depende, por sua vez, do grau de informação dos cidadãos e estes não estão informados mais do que na medida em que os fatos e acontecimentos lhes são relatados de um modo exato e completo. A qualidade da informação depende da compreensão, dos conhecimentos, das qualidades profissionais e do sentido de responsabilidade do jornalista (apud MEDINA, 1982, p. 35).

Apesar da práxis jornalística não necessariamente estar vinculada a estes pressupostos, mas sim a uma relação bastante pragmática com a profissão, ancorada em valores do mercado, este conjunto de pressupostos persiste, formando um *ethos* romântico, que o assenta sobre a vocação, a missão e a responsabilidade social (LAGO, 2003). Este *ethos*, compartilhado por agentes diversos, é tido como um dos sustentáculos da própria credibilidade que, por sua vez está ancorada, como especificam autores como Traquina (1993, p. 164), numa espécie de “acordo de cavalheiros”, quer dizer, a suposição tácita entre jornalistas e leitores de que os primeiros não irão “transgredir a fronteira que separa o real da ficção” permitindo a “leitura das notícias enquanto índice do real [...]”³.

Subjacente a estes postulados, aparece a premissa de que a qualidade da informação jornalística é parte inerente do sistema democrático e fundamental para o exercício da cidadania⁴, já que a condição plena do papel de cidadão

[...] carece de uma informação inteligível, completa e contraditória, que seja reflexo do maior número possível de dimensões da vida social e que não se polarize apenas nos discursos institucionais, não identifique as vias normais com o trivial ou o subalterno nem reduza a sociedade aos seus dirigentes (NEVEU, 2005, p. 115).

Aqui, fica claro que a responsabilidade social do jornalismo e a defesa do interesse público não podem se resumir a fornecer as informações que supostamente interessam ao público. Como ato social inerente ao

sistema democrático, repousa no jornalismo a obrigação moral de deixar antever a multiplicidade de opiniões da sociedade.

Para Neveu (2005, p. 135), “o ideal democrático requer um jornalismo de informação econômica e culturalmente acessível a todos e produtor de reflexão sobre os desafios políticos”. A condição de existência deste tipo de jornalismo assenta-se em três apoios: o Estado, o pluralismo e a introdução dos saberes científicos “no seio do debate público”. Em relação ao pluralismo, o autor reforça que este deve ser político, mas também sociológico. Por pluralismo sociológico especifica a necessidade de o jornalismo estar “atento às várias experiências da sociedade e de suas expressões”, sabendo “captá-las onde elas têm pouca capacidade de se fazer ouvir institucionalmente” e dando-lhes “voz de modo a suscitar a reflexão de públicos mais vastos”.

Pluralismo no jornalismo: rastros de uma (im)possibilidade

Neste momento uma equação que parecia simples começa a se mostrar muito mais do que complexa. Relembrando: no corolário de valores e representações do campo jornalístico da atualidade está a sua responsabilidade social, que o liga a conceitos como interesse público, democracia e cidadania. No entanto, para que possa cumprir esse caminho, o jornalismo deve ser plural e não apenas seguir a velha fórmula de deixar pontos de vista diferentes sobre um determinado tema ocupar o mesmo espaço editorial. A ideia de pluralismo é bem mais profunda e implica em contemplar e incorporar o Outro, esta abstração que merece ser explicitada.

Resende (2008), analisando documentários que se propõem representar o Outro⁵, observa os dilemas éticos existentes na dificuldade de se representá-lo em sua diferença, e na insuficiência de um olhar jornalístico reduzido a uma dimensão “didática e/ou opinativa”.

Esta dimensão, no entanto, parece ser majoritária. Aidar e Bairon (2007), comentando a metodologia do Grupo de Pesquisa em Mídia Impressa da PUC/SP, explicam que o trabalho consiste no desenvolvimento de “estratégias de análise das figuras do Mesmo e do Outro na mídia semanal”, construindo, a partir daí, “modos de intervenção em termos de um projeto de educação para a mídia” (AIDAR E BAIRON, 2007, p. 251). Por figuras do Outro, os pesquisadores identificam as figuras de alteridade que, no caso da mídia semanal, “são sempre resumidas ao Mesmo”, nunca são apreendidas em “sua radical alteridade”. Ou, conceituando:

Chamamos “Mesmo” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, euforizadas pela mídia e homólogas à valorização média de seus públicos. Chamamos “Outro” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, frente às quais a mídia estabelece distâncias relativas, calculadas, homólogas ao afastamento que seus públicos mantêm. Frente ao Outro é preciso resguardar-se, qualificando-o como exótico [...], é preciso ocultá-lo do holofote, deixá-lo nas margens; assim, ele pode ser assimilado, admitido ou segregado; [...] (AIDAR E BAIRON, 2007, pp. 252-3).

Mais comumente, este Outro é transformado em inimigo, como identifica a análise das capas de *Veja*, feita pelos autores.

Em que pese a pesquisa referir-se a revistas semanais, creio que podemos reter seus resultados e ampliá-los para a mídia em geral. Desta forma os reducionismos⁶ em relação às representações do Outro e, mais do que isso, a desconfiança e até hostilidade em relação a tudo o que não faz parte do universo potencial do público ideal (as camadas médias e altas da população) podem ser percebidas como regra e não como exceção.

Este diagnóstico é apoiado por Resende (2009), que o amplia em relação à narrativa jornalística como um todo:

Na narrativa jornalística, a forma autoritária de narrar histórias se mantém, e, de certa forma, com mais agravantes por apresentar-se velada. Envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como elementos que operam sentidos, o discurso jornalístico tradicional — o que encontra legitimidade epistemológica — coloca à disposição do jornalista escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano (RESENDE, 2009, p. 36).

O autor observa, no entanto, a viabilidade de trabalhar nas brechas do discurso e promover o que chama de “encontro”, que interpreto como a possibilidade de acolher narrativamente a alteridade.

No entanto, esta perspectiva esbarra em dificuldades que não são apenas referentes à estrutura narrativa do jornalismo, mas anteriores a esta. Entendo que a perspectiva é dificultada pela própria característica do agente jornalista, formado prioritariamente junto às camadas médias e altas da população, carregando este *habitus* de classe e as predisposições a ele inerentes, além da formação junto a um campo que, estruturalmente, afasta e desqualifica a alteridade. Se pensarmos na metáfora bourdiana (BOURDIEU, 1997) dos óculos específicos que os jornalistas utilizam, que os fazem ver o que veem de determinadas formas, como atuar para trocar estes óculos pelos de outras pessoas?

Construir um Jornalismo capaz de incorporar o Outro em sua

plenitude é um desafio que esbarra não só na estrutura do campo, mas também na formação dos próprios jornalistas para perceberem e serem contaminados por esta necessidade. Neste sentido, concordo com Aidar e Bairon (2007) quando postulam que uma educação para a mídia nesta direção é mais do que tudo uma desconstrução dos dispositivos existentes que preparam jornalistas em geral para não refletirem sobre a questão da alteridade.

Por outro lado, creio que não basta refletirmos sobre a problemática do Outro relacionando-a apenas ao discurso jornalístico, em que pese a importância de fazermos isso. É necessário juntar esta a uma reflexão anterior, que se refere à impossibilidade estrutural do campo jornalístico de perceber o mundo para além de sua gramática condutivista (RESENDE, 2008). Por que, se é verdade que a possibilidade de diálogo se instala pela narrativa, ou pelas “brechas” possíveis nessa narrativa, a possibilidade de ver brechas se dá a partir da incorporação de um olhar que não está nos cânones profissionais, mas sim fora deles.

Aqui, acredito, aplica-se o postulado por Neveu (2005) citado anteriormente: a necessidade de incorporar os saberes científicos dentro do Jornalismo. E, no caso em questão, um saber bastante específico, o saber antropológico.

Antropologia como lócus de reflexão sobre a apreensão do Outro

A Antropologia tem muito a nos ensinar em termos de percepção do Outro. Não tanto por ser o *lócus* de gestão da alteridade enquanto construção científico-social, mas por ter sedimentado em seu campo uma antiga, extensa e profunda reflexão sobre as limitações quando o que está em jogo é o confronto entre diferentes.

Esta reflexão é inerente ao nascimento da Antropologia, que brota de uma equação que buscava encontrar, através da diversidade, a generalidade de uma Humanidade criada pelo Iluminismo. Ou, como enunciou Lévi-Strauss: “um empreendimento (a antropologia) que renova e expia a Renascença, com o fim de levar o humanismo a alcançar a medida da humanidade” (LEVI-STRAUSS, 1975, p. 222).

Em um encontro singular entre o antropólogo e o “nativo”, um “confronto de diferenças” (PEIRANO, 1992), opera-se a química através da qual se produz o conhecimento antropológico. Essa equação elaborada em torno das vivências de pesquisador e pesquisado concede à Antropologia

[...] seu caráter distinto entre os outros ramos do conhecimento: de todas as ciências, ela é, sem dúvida, a única a fazer da subjetividade mais íntima um meio de demonstração objetiva (PEIRANO, 1992, p. 216).

No encontro antropológico desde cedo se procurou “apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo” (MALINOWSKI, 1976, p. 38). Esta situação ideal, ou seja, a do encontro com um Outro cultural (e geograficamente) distante, feita por intermédio de um trabalho de campo onde o observador deveria tentar apreender o ponto de vista do observado, juntamente com a internalização do conceito de Cultura⁷ estiveram na base da organização da Antropologia enquanto disciplina autônoma.

Uma outra característica, forjada nesse embate travado entre um observador e sociedades entendidas então como “simples”, foi a busca de atingir uma totalidade. As sociedades nativas eram totalidades que poderiam ser alcançadas por intermédio de fatos sociais totais, como o Kula de Malinowski.

É óbvio que os pontos norteadores do que é Antropologia não podem ser assim tão sinteticamente resumidos. Seleciono aqui algumas características que são recorrentes em discursos produzidos por sujeitos que se identificam enquanto antropólogos. De uma forma ou de outra estamos, ao identificar o fazer antropológico, usando noções que tratam ou se referenciam em um trabalho de campo descritivo, que remonta a uma tradição que buscava as sociedades em sua integralidade, que pressupõe a aquisição de conhecimento através de uma singular experiência com a alteridade, com o Outro:

Afinal, tudo é fundado em alteridade na Antropologia: pois só existe antropólogo quando há um nativo transformado em informante. E só há dados quando há um processo de empatia correndo de lado a lado (DaMATTA, 1978, p. 34).

A relação com o Outro, no contexto de um trabalho de campo que joga o antropólogo em um mundo diverso do seu, dentro do qual fica muitas vezes à mercê deste indecifrável, produz sensações bastante intensas:

Suas condições de vida e de trabalho o separam fisicamente do seu grupo durante longos períodos; pela brutalidade das mudanças a que se expõe, ele adquire uma espécie de desenraizamento crônico; nunca mais se sentirá “em casa” em nenhum lugar e ficará psicologicamente mutilado (LEVI-STRAUSS, 1993, p. 32).

Todo esse processo redundará numa etnografia, um registro descritivo da vida e das organizações sociais dos nativos. E, apesar da perda do objeto tradicional da Antropologia (as sociedades isoladas), da sensação de que não existem totalidades, de que não basta ir a campo para pensar a alteridade, de que a relação pesquisador/pesquisado nunca mais será a mesma, da crescente e insistente preocupação com objetos dentro das sociedades urbanas,

[...] o trabalho de campo junto a sociedades numericamente pequenas (ou a setores espacialmente circunscritos de sociedades maiores), de tradição cultural não-ocidental, e seu resultado típico, a monografia etnográfica, continuam a ser a referência clássica da antropologia e, ousado dizer, a raiz de sua autonomia como disciplina (VIVEIROS DE CASTRO, 1990, p. 2).

Apesar disto, já nos anos 1960, em resposta a uma nova configuração do tradicional binômio antropólogo/nativo, sujeito/objeto, ao mesmo tempo em que se discutiu a necessidade de repensar a disciplina ou de se incorporar dentro dos domínios lícitos da Antropologia o estudo de sociedades complexas, desenvolveram-se novas concepções, mais ligadas ao *método* antropológico do que ao seu *objeto*. E se intensificou a reflexão sobre as relações de poder⁸ dentro do campo, que colocavam em polos opostos o antropólogo e o nativo.

Quando a Antropologia volta-se ao estudo das sociedades urbanas e passa a aplicar seu olhar minucioso, detalhista, tanto para grupos oriundos das camadas populares, quanto das camadas médias e altas, junto às já tradicionais reflexões sobre o poder de um e o não-poder do outro, agregam-se reflexões sobre a possibilidade ou não da realização de um trabalho antropológico neste novo universo de análise.

Apesar disto, a pesquisa antropológica junto às camadas populares coloca na ordem do dia principalmente as relações de poder que perpassam o encontro com o Outro, sejam as relações com o pesquisador ou com a sociedade nas quais se inserem os grupos envolvidos.

Por outro lado, pesquisadores que elegem seus objetos dentro de camadas com maior poder aquisitivo tendem a se colocar principalmente questões de outra natureza, como a forma pela qual se pode apreender um Outro que não está tão claramente constituído enquanto tal, um Outro que é aparentemente o Mesmo. A fórmula “transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar” (VELHO, 1987) é uma tentativa de resposta a esta dificuldade de obter o necessário estranhamento que faz brotar o entendimento da diferença e que guiou um vasto universo de

pesquisas junto a grupos urbanos.

Mas esta migração das pesquisas realizadas tradicionalmente junto a povos de marcada alteridade para grupos sociais próximos (mesmo que separados pela camada social) traz problemas de cunho mais inusitado.

Em um texto clássico sobre o método antropológico, Eunice Durham (1986) aponta para duas tendências das pesquisas urbanas: aquelas cujos objetos são geralmente populações carentes, marginalizadas, e que se utilizam dos métodos tradicionais da investigação etnográfica (acompanhamento do grupo, observação in loco de seu cotidiano); e as pesquisas que valorizam a dimensão simbólica, cujos grupos analisados são as camadas de maior poder aquisitivo.

Fazendo um paralelo entre a observação participante realizada na situação de campo tradicional (ou ideal), com a observação participante realizada junto a grupos nas cidades, Durham afirma:

[...] a participação (no primeiro caso) é antes objetiva do que subjetiva - o pesquisador convive constantemente com a população estudada, permanecendo, entretanto, um estrangeiro (mesmo que bem aceito)... a comunicação verbal fica frequentemente subordinada à observação do comportamento manifesto. Na pesquisa que se faz nas cidades, dentro de um universo cultural comum ao investigador e ao objeto da pesquisa, a participação é antes subjetiva do que objetiva. ... Mas busca (o pesquisador), na interação simbólica, a identificação com os valores e aspirações da população que estuda. [...] a comunicação puramente verbal predomina, ofuscando a observação do comportamento [...] (DURHAM, 1986, p. 26).

Esta identificação subjetiva, segundo Durham, pode levar o pesquisador a ver o universo pesquisado a partir das categorias nativas, um problema agravado em se tratando de sociedades nitidamente fragmentadas, onde a vivência dos grupos não consegue recuperar a variedade da vida social.

O exposto permite antever o lugar primordial ocupado pela reflexão sobre a relação com a alteridade, relação esta concretizada no trabalho de campo do antropólogo. O trabalho de campo, que coloca antropólogo e “nativo” frente a frente, é de tal forma crucial para o projeto antropológico que muitas vezes a própria Antropologia foi a ele resumida. De fato, esta parte é extremamente significativa para a disciplina, porque é durante o trabalho de campo que se estabelece o contato entre sujeito/objeto. Um contato desigual, permeado por incompreensões, que na maioria das vezes não se efetivará como um encontro plenamente (GEERTZ, 2001), mas que contém esta possibilidade, esta utopia.

E é este escopo que confere à Antropologia um arsenal específico sobre as condições plenas de um encontro com o Outro. Um repertório reflexivo com questões, dilemas, paradoxos e conflitos inerentes a este confronto/encontro que, se compararmos, pode ressaltar a ausência de qualquer preocupação neste sentido junto ao jornalismo, lugar em que o Outro está dado e construído *a priori* dentro de estereótipos bastante claros: ou criminalizado (no mais das vezes) ou glamourizado em narrativas que o percebem descontextualizado⁹.

Jornalismo e Antropologia, uma cumplicidade possível?

As pesquisas em Jornalismo apropriam-se por vezes do método antropológico, sem necessariamente refletir sobre ele (LAGO, 2007). E a práxis jornalística passa ao largo de qualquer incorporação das questões antropológicas, apesar das semelhanças entre os dois universos.

Tanto Antropologia quanto Jornalismo colocam a possibilidade de construir narrativas sobre a alteridade, que supõem verdadeiras, no sentido de apontar para correspondências entre a vida como é e a vida retratada por essas narrativas. Ambos utilizam, para isso, de informantes (no caso de um) e fontes (no caso de outro), que, por sua vez, são identificados como aqueles que podem fornecer informações confiáveis sobre o observado. A Antropologia apegar-se profundamente à observação, mas também ao discurso; o Jornalismo constrói suas narrativas tomando como base principalmente o discurso tecido pelos envolvidos, mas também observa. Ambos interferem nas relações que retratam, mas enquanto a Antropologia atualmente identifica como fator determinante de seu trabalho a subjetividade oriunda das relações do confronto/encontro, o Jornalismo apegar-se à noção de que há uma objetividade possível no relacionamento com suas fontes.

E, fundamentalmente, ambos precisam trabalhar dentro de uma relação dialética de aproximação e distanciamento do que tentam retratar. Para a Antropologia, o distanciamento, o transformar o familiar em exótico (no caso da antropologia urbana), que permite a construção de um saber específico. Para o jornalismo a desconfiança, ressaltada nas faculdades ou redações, como a única garantia de não incorporar como verdade acrítica a fala dos informantes.

Apesar das similaridades, os produtos das relações estabelecidas nos campos jornalístico e antropológico são infinitamente diversos. Obviamente em forma, como não poderia deixar de ser, mas principalmente em essência. Enquanto a Antropologia se coloca a necessidade de apreender, compreender e acolher o Outro, o Jornalismo

opera no sentido inverso.

Repete-se no jornalismo o que o antropólogo Magnani (2002) identifica nos estudos sobre a cidade: a ausência de certo tipo de ator social e o papel predominante de outros atores:

a dinâmica da cidade é creditada de forma direta e imediata ao sistema capitalista; mudanças na paisagem urbana, propostas de intervenção (requalificação, reciclagem, restauração), alterações institucionais não passam de adaptações às fases do capitalismo que é erigido, na qualidade de variável independente, como a dimensão explicativa última e total [...]. Neste caso, quando aparecem atores sociais, são os representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário, investidores privados. Personagens como os “animadores culturais” – consultores, arquitetos, artistas e demais intelectuais – também se fazem presentes mas a serviço dos interesses do capital [...]. Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano.

O jornalismo escolhe como referência a macroestrutura e as fontes que a ela se relacionam. E, ao fazer isso, despreza uma “gama de práticas que não são possíveis na chave de leitura” (MAGNANI, 2002)¹⁰ posta pelo jornalismo. Uma chave de leitura que desqualifica e torna invisível o Outro em sua alteridade plena.

A Antropologia, ao resgatar a dimensão do Outro, ao incorporar estes atores e suas práticas sociais, pode contribuir para

[...] introduzir outros pontos de vista [...], para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo (MAGNANI, 2002, s.p.).

A proposta do pesquisador, dirigida aos estudos que baseiam políticas sobre o espaço urbano, a meu ver adequa-se ao jornalismo, na medida em que propõe mudar o foco “de longe e de fora” para uma perspectiva “de perto e de dentro”, justamente a perspectiva antropológica:

Assim, o que se propõe inicialmente com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de fora e de longe (MAGNANI, 2002, s.p).

Mas o que possibilita este tipo de olhar? Creio que, no caso de aplicarmos ao jornalismo, o esforço seria no sentido de descentrar o olhar constituído, torná-lo permeável a pontos de vista, ângulos, vivências, à possibilidade de ser afetado pelo Outro, em vez de tentar percebê-lo pelas atuais gramáticas normativas que figuram nos manuais e dentro das redações (salvo raríssimas exceções). Seria incorporar e aceitar o pressuposto antropológico de que jornalistas, fontes e grupos retratados,

[...] participam de um mesmo plano: o dos “fenômenos fundamentais da vida do espírito (Lévi-Strauss, 1971, p. 28). Ambos são dotados dos mesmos processos cognitivos que lhes permitem, numa instância mais profunda, uma comunhão para além das diferenças culturais. Afinal, “as milhares de sociedades que existem ou existiram sobre a superfície da terra são humanas e por esse título participamos delas de maneira subjetiva: poderíamos ter feito parte delas e portanto, podemos tentar compreendê-las como se fôssemos parte delas (idem, p. 26 *apud* MAGNANI, 2002, s. p.)

Conclusão: educação para a mídia?

O campo jornalístico sustenta entre seu arcabouço de valores conceitos como o de responsabilidade social, interesse público, compromisso com os valores democráticos e com a cidadania.

No entanto, sua práxis carece de ferramentas adequadas para o pleno cumprimento deste horizonte conceitual, a começar por uma impossibilidade estrutural de apreender e acolher o Outro em toda sua alteridade, sem reducionismos e estereótipos. Sem esta acolhida, não há democracia efetiva, nem cidadania plena.

Penso que esta impossibilidade estrutural decorre em menor escala das rotinas de produção, dos constrangimentos a que são submetidas as redações, do que do compartilhar de valores específicos internos ao campo que excluem o diferente, circunscrevem-no e não o percebem plenamente. Acredito que impera no jornalismo um acordo tácito envolvendo tanto empresas quanto jornalistas, que apagam da cena tudo aquilo que não pode ser compreendido pela lente do Mesmo.

Falta ao jornalismo, de modo geral, um olhar inclusivo. Um contaminar pela possibilidade de entender e acolher visões de mundo radicalmente diferentes daquelas fruto das projeções sobre o público ideal (as camadas médias e altas urbanas).

Como provocar este olhar? A tarefa não é fácil e talvez nem possível, já que a própria Antropologia, lugar de gestação da ideia de alteridade,

debate-se com dilemas inerentes a esta perspectiva, isso desde os primórdios de sua instituição enquanto campo autônomo, nos idos do século XIX.

No entanto, esta (im)possibilidade deve se tornar um horizonte, e talvez um passo nesse sentido seja a incorporação do arcabouço reflexivo antropológico sobre os dilemas morais do trabalho de campo (GEERTZ, 2001) ao universo conceitual dos jornalistas. Como parte de um projeto de educação para a mídia que, como postulam Aidar e Bairon (2007), tenha implícita a desconstrução dos mecanismos atualmente sedimentados.

NOTAS

- 1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.
- 2 O que é natural agora e faz parte da estrutura do campo, nem sempre assim foi. Por exemplo, a objetividade como valor, passou a sê-lo a partir da influência do jornalismo anglo-saxão, comercial, produzido em larga escala e voltado ao atendimento das necessidades dos anunciantes (tiragem), não da veiculação desta ou daquela opinião política (NEVEU, 2005).
- 3 Muitas vezes este acordo, parece-me, é superestimado por parte dos jornalistas. Como se o público nunca desconfiasse do que os meios de comunicação veiculam.
- 4 A relação entre jornalismo democracia e cidadania, a da imprensa como quarto poder e temas correlatos já foram exaustivamente analisados por diversos ângulos e autores. Não reproduzo aspectos dessa discussão por fugir ao escopo do trabalho.
- 5 No caso os habitantes das favelas envolvidos com o tráfico de drogas expostos em *Falcão – os meninos do tráfico* e *Notícias de uma guerra particular*.
- 6 Podemos relativizar esta afirmativa. O público suposto ao qual se destina o produto midiático poderia influir na maneira como este lida com a questão da alteridade. No entanto, na maioria das vezes o que podemos observar em termos de mídia em geral (e jornalismo em particular) é a prevalência de estereótipos sobre este Outro, que dificilmente aparece em sua plenitude como sujeito de direitos e multifacetas.
- 7 O conceito de Cultura não é consensual nem entre os antropólogos, existindo

centenas de definições possíveis. É daqueles conceitos intuitivos, que os versados no campo entendem, mas não necessariamente expressam.

- 8 Boa parte da crítica consistente sobre a questão do poder dentro do campo origina-se no trabalho dos chamados pós-modernos, que se insurgem quanto ao papel do autor no texto etnográfico, principalmente no que se refere à etnografia clássica, aquela realizada por antropólogos ocidentais em contato com nativos de terras geográficas e culturalmente distantes. Como a crítica observa a escritura do texto, boa parte dela tenta subverter as relações por meio do próprio texto, o que, por outro lado, foi considerado insuficiente por vários críticos posteriores.
- 9 Como as matérias sobre o sucesso de expoentes das camadas populares que “conseguiram chegar lá”, ou os pequenos *flashes* televisivos sobre a parte cultural das favelas – no mais das vezes identificando apenas os grupos organizados em torno de ONGs, a maioria estruturada fora das favelas.
- 10 O autor se refere à chave de leitura de certo tipo de política, mas acredito que podemos extrapolar a proposição para o jornalismo.

| BIBLIOGRAFIA

- AIDAR, José Luiz Prado and BAIRON, Sérgio. A Construção do Outro na Mídia Semanal. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia. (orgs.) *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1992.
- BENETTI, Márcia and HAGEN, Sean. JORNALISMO E IMAGEM DE SI. O discurso institucional das revistas semanais. Belo Horizonte: 18º Encontro Anual da Compós, GT Estudos de Jornalismo, 2009.
- BOND, Fraser F. *Introdução ao Jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DaMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues, In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LAGO, Cláudia. De romântico e de louco... o *Ethos* romântico no jornalismo.

- Recife: *XII Encontro Anual da Compós, GT Estudos de Jornalismo*. 2003.
- _____. Antropologia e Jornalismo, uma questão de método. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia. (orgs.) *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- LEVIS-STRAUSS, Claude. A crise moderna da antropologia, *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 10, June and December, 1962.
- _____. Aula inaugural. In: ZALUAR, Alba G. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- _____. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol.17 no. 49 São Paulo: June 2002. Available at http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext access on February 10. 2010.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MEDINA, Cremilda. *Profissão Jornalismo: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora, 2005.
- PEIRANO, Mariza G.S. *A favor da etnografia*. Brasília: UnB, 1992, xeroxed lecture notes.
- RESENDE, Fernando. A narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro. São Bernardo do Campo: *6º Encontro Anual da SBPJor*, 2008. Annals.
- _____. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.31-43, Dec.. 2009.
- TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo, questões, teorias e "estórias"*. Lisbon: *Veja*, 1993.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Cláudia Lago é professora da Universidade Anhembi Morumbi (SP).
E-mail: claudia.lago07@gmail.com